



Ano XXXII-Nº320 - Junho de 2019 - Joinville-SC



ISSN 2237-2164

IMPRESSO
Exemplar de assinante/anunciante

www.jornaldaeducacao.inf.br

ALERTA - Vício em games é igual ao em drogas



Págs. 4 a 6

A história de Carlos, menino de 10 anos, que em poucas semanas viciou-se no jogo *Fortnite on line* é, com certeza, o relato de uma situação vivenciada por milhares de pais e filhos mundo afora.

O relato da mãe e a entrevista com o médico Felipe Becker, coordenador do Núcleo de psiquiatria do Hospital Infantil de Joinville alertam para o fato de que até a adolescência, o tratamento que inclui mudança de hábitos e da rotina familiar, precisa ser feito mais pelos

pais, do que pelo filho, que não tem maturidade cerebral para tomar decisões e lidar com a crise de abstinência. Ou seja, a criança será 'tratada' pelo adulto.

Os nomes desta reportagem são fictícios, para proteger a família de classe média alta de Joinville que se dispôs a ajudar outras famílias, mas o drama é dolorosamente real e democraticamente distribuídos nos lares do mundo inteiro, independente de classe social ou cultural das famílias.



CADERNO
CIENTÍFICO

Coordenação Científica: Profº Dr. Norberto Dallabrida

ISSN 2596-223X

www.jornaldaeducacao.inf.br/artigos-cientificos

Acesse o portal do Jornal da Educação e saiba como ter resenhas, artigos científicos e de opinião e relatos de experiência de professores publicados na 2ª edição do JE Caderno Científico - a revista científica digital da educação de SC.

Escola deve ensinar adolescentes a usar anticoncepcionais

Um dia, ao chegar na casa de minha mãe, quando meu filho tinha cerca de quatro anos de idade, fui surpreendida com ele deitado sobre uma menina da mesma idade. Os dois brincavam de namorar com a mesma naturalidade que brincavam com o quebra cabeças que ainda estava espalhado pelo chão.

Fiquei apavorada e antes que eu puxasse meu filho e tivesse uma ‘conversa ao pé do ouvido’ com ele, mamãe me conteve com um olhar. A intervenção de minha mãe chegou em tempo de não me deixar cometer um erro grave na educação sexual de meu filho.

Com a sabedoria de quem já tinha criado seis filhos biológicos, outra meia dúzia de netos e dezenas de filhos de patros, veio ao meu encontro e disse calmamente que eles não estavam fazendo nada errado, apenas brincando.

Ela explicou, a seu modo, que as brincadeiras sexuais são parte do desenvolvimento natural do ser humano e são normais nesta idade. “Todos vocês brincaram assim, a maldade está na tua cabeça, não na brincadeira deles”, completou. Esta foi talvez a principal lição sobre sexualidade que aprendi com minha mãe.

Na adolescência, era minha mãe quem ajudava a negociar com pai para podermos sair nos finais de semana para dançar ou ir na casa de amigas.

Ela nos ajudava a superar o autoritarismo de meu pai, mas nunca nos ensinou com palavras a como prevenir uma gravidez. Não tínhamos este tipo de conversa.

Aliás, nos anos 70 e 80, como ainda hoje, é constrangedor para a mãe ou para o pai falar de sexo com os filhos. As orientações são mais sobre o comportamento social. Os aspectos fisiológicos são conteúdo programático das aulas de ciências nas escolas.

É preciso ainda considerar também que, para os filhos, os pais não fazem sexo. O inconsciente coletivo perpetua o sentimento de que ‘essa coisa feia não combina com mãe e pai’, como bem ressaltou uma jovem enfermeira, quando conversávamos sobre as implicações fisiológicas na saúde da mulher, de relações sexuais desprotegidas.

Na adolescência e na juventude, minha mãe e eu falávamos das “coisas de mulher” como menstruação, higiene, e em certa medida dos jogos de sedução. As conversas eram centradas nos cuidados e comportamento necessários para manter uma boa reputação em sociedade. Em relação à prevenção, ela apenas alertava: “não me chegue em casa grávida, porque sou eu que vou te colocar para fora”.

Eu entendia assim: respeite e faça o que quiser com o teu corpo, mas não engravide. Eu não tinha a menor noção de como fazer isso. Ninguém jamais ensinou como não ficar grávida. Aliás, como também ninguém ensinou como engravidar.

Nas aulas de ciências aprendi sobre os órgãos reprodutores feminino e masculino. Mas daí a ligar esse ensinamento com a gravidez que minha mãe não admitia, bem como com o

comportamento social desejável a uma ‘moçinha de família’, já era outra lição, que igualmente não tive.

Escolhi o caminho mais provável para manter a virgindade, condição indispensável para casar-se ou manter-se casada com “um bom partido”.



Restou-me dizer não ao sexo e aos homens que se aproximavam e dissimular o desejo e, muitas vezes, até mesmo o prazer do toque. Além de tudo isso, havia ainda a máxima de que os homens ‘só querem aquilo’.

Enquanto morava em uma cidade pequena do interior foi fácil manter essa condição. Mas depois de mudar para Joinville, já com 18 anos para fazer faculdade, senti falta de lições mais realistas e que considerassem minha nova visão de vida e os hormônios que circulavam em meu corpo.

A universidade abriu outras horizontes e o casamento deixou de ser obrigação passando a ser apenas uma das opções de vida. Com esta nova visão, mais abrangente de mundo, sexo passou a ser um impulso natural. Além disso, os jovens universitários, eram via de regra, bons partidos, mais sábios e bem articulados.

Ao chegar à universidade, ainda não havia sido orientada em casa e nem na escola sobre os métodos de prevenção não somente da gravidez, mas também de doenças venéreas e da AIDS, que começava a matar os primeiros homossexuais.

O medo e o temor da crítica da sociedade sobre minha vida íntima empurrava-me para o mesmo lugar: dizer não ao sexo.

Neste ano de 2019, em tempos de internet, de vídeos pornô correndo na velocidade da fibra ótica de casa em casa, ao ouvir uma entrevista com profissionais de saúde que trabalham com adolescentes, ouvi que a maior causa da gravidez na adolescência, que continua aumentando ano a ano, é que as meninas não sabem tomar anticoncepcional e fazem sexo inseguro (sem preservativos-camisinhas).

Os comprimidos são distribuídos gratuitamente nos postos de saúde, assim como os preservativos masculinos, mas as adolescentes não tomam os comprimidos diariamente e os rapazes não usam os preservativos porque conside-

ram que elas estão ‘imunes à gravidez’. Aquela declaração surpreendeu-me tanto quanto ver meu filho deitado sobre a menina. Numa época em que o excesso de informações via internet têm provocado até mesmo transtornos mentais, os adolescentes fazem sexo sem preservativos e, pior, não sabem tomar anticoncepcional?

A fala de minha mãe veio novamente à minha mente e lembrei ainda que, nos 29 anos em que lecionei para adolescentes, todas as conversas individuais por iniciativa de alunas e alunos, era exatamente sobre relacionamento homem x mulher, sexo e futuro do relacionamento afetivo. Os textos e trabalhos que tratavam de prevenção do HPV, AIDs e questões fisiológicas relacionadas a sexualidade sempre despertaram o interesse dos alunos.

Muitas vezes levei panfletos e textos em inglês que eram traduzidos muito rapidamente. Nas aulas de português, as redações eram o meio para os estudantes ‘falar sobre’ e, na maioria das vezes, para iniciar uma conversa individual nos intervalos.

É sabido que a sexualidade é tema de grande interesse ao longo de nossa existência e nos intervalos de aulas não é diferente.

E por esta razão, as profissionais da saúde alertaram que é tarefa da escola orientar sobre prevenção de gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis já que o tema integra o currículo escolar, geralmente das aulas de ciências.

Elas reforçaram que nossas meninas e os meninos precisam ser orientados urgentemente sobre métodos contraceptivos e preventivos. E colocaram-se à disposição, para trabalhar em conjunto com os professores e professoras que se sentirem desconfortáveis em falar abertamente com as crianças, adolescentes e jovens.

Os meninos e meninas estão começando cada vez mais cedo a vida sexual e sem qualquer orientação, estão submetidos à riscos, muitas vezes, irreversíveis de perda da saúde.

Na opinião delas, a escola tem que cumprir esse papel, porque as famílias, além da dificuldade natural de um filho ou filha conversar com os pais sobre o assunto, estes também não receberam orientações no início de suas vidas.

Devido ao aumento do número de adolescentes grávidas ou contaminadas com HIV, HPV e outras doenças sexualmente transmitidas, as enfermeiras apelam aos professores para que desenvolvam projetos no sentido de prevenir novos casos.

As crianças e adolescentes dos anos pós desenvolvimento dos retrovirais que proporcionam uma vida aparente normal aos portadores de HIV, não têm a menor noção do mal que as doenças venéreas podem provocar em suas vidas. Tudo isso é agravado pelo pensamento mágico de que ‘comigo nada acontecerá’.

Além de não usar preservativos, as meninas não sabem tomar anticoncep-

cional. Muitas tomam somente no dia em que têm relações. Outras, tomam esparsamente porque não estão com um namorado fixo e acham que não farão sexo.

Há ainda as que recorrem à pílula do dia seguinte como se fosse anticoncepcional. Sabe-se que a carga hormonal de uma única dessas pílulas, pode provocar sequelas graves no aparelho reprodutor feminino.

Enquanto ouvia, lembrei de muitos casos de pais que reclamaram que estariam ensinando sua filha ou filho a fazer sexo. É claro que são aqueles mesmos pais que se recusavam a vacinar sua filha contra o HPV, porque a vacina seria um incentivo ao sexo.

Naqueles casos, e também na atualidade, a alternativa é explicar para aqueles pais que eventualmente questionassem a escola (nunca antes do pai vir à escola para falar do tema), que educação sexual é um dos conteúdos obrigatórios do currículo escolar. E que, nesse campo, o trabalho da escola é completamente diferente do da família.

Na pior das hipóteses, pode-se explicar ainda que o objetivo do conteúdo no currículo escolar, é dar orientações para os filhos e filhas dos outros, visando a que respeitem o Não de sua criança.

Afinal, os professores são os especialistas em educação, e se nada for feito, continuaremos a conviver com gerações que se assustam com as brincadeiras de criança, essenciais para o desenvolvimento de um adulto sexualmente equilibrado e saudável física e socialmente.

Como pai de quatro filhos e mestre em Educação pela Universidade de Stanford, tenho acompanhado a polêmica em torno dessas novas edições e do conteúdo da obra original. Em 2010, por exemplo, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) manteve a obra Caçadas de Pedrinho no Programa Nacional Biblioteca da Escola, desde que houvesse a advertência de condicionar o livro, no contexto de educação escolar, a professores com a devida compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil.

Cabe ressaltar que a edição com uma adaptação crítica – similar à proposta de Pedro Bandeira – não é exatamente uma novidade na literatura. O quadrinho “Tintim no Congo” foi objeto de debates públicos na Europa e hoje conta com edições revisadas que eliminaram os resquícios do colonialismo belga; antes, o conteúdo era repleto de estereótipos e preconceitos contra os africanos.

Monteiro Lobato e Hegé (Georges Prosper Remi) nasceram, respectivamente, em 1882 e 1907. São resultado de uma escola e de um modelo de educação pertencente a um mundo muito diferente. E é esse ponto que quero abordar. Da mesma forma como muitas pessoas (educadores, pais e autores) resistem à revisão de obras literárias – feita com respeito e profissionalismo, ressalto –, se opõem à atualização da forma como educamos nossas crianças e da própria escola, que também tem sofrido o peso do tempo. Se nós, pais, já não somos os mesmos... imagine os nossos filhos!

Como especialista em educação e empreendedor da Geekie, tenho rodado o mundo, palestrando sobre o tema com um olhar muito voltado para a escola brasileira e as referências educacionais no exterior. Na edição de 2018 do Fórum Econômico Mundial para América Latina, cujo tema transversal foi a Quarta Revolução

Industrial – um momento no qual o mundo está interconectado, mas a organização geopolítica e os problemas globais não correspondem à forma como estamos organizados – a minha colaboração foi levar o olhar da tecnologia e da inovação, dentro de um contexto educacional real e prático.

Quando se pensa que a escola atua com o desafio de preparar o aluno para as competências do século XXI – mas, que ainda perpetua um modelo de trabalho baseado nas habilidades necessárias na época da revolução industrial – percebe-se que a proposta educacional adotada por grande parte das escolas está distante de um modelo de trabalho e de vida em sociedade com pensamento crítico, autonomia e visão de futuro.

No cerne do desafio de preparar os jovens para o mercado de trabalho do futuro está a necessidade de questionar o ensino para habilidades e competências, mas para que isso aconteça há um longo caminho. E esse caminho tem muito a ver com levar inovação, tecnologia, empreendedorismo e noção de cooperação para dentro da sala de aula.

Hoje, a escola muitas vezes ainda está distante de ser um ambiente de colaboração; o estudante por vezes está sozinho, o pai tem que contratar professor particular para esclarecer dúvidas adicionais.

O professor também está em uma jornada solitária, dando aulas em várias escolas e sem tempo de estabelecer vínculos; o coordenador vive uma rotina sobrecarregada e de cobranças. Ou seja, cada um está imerso no próprio cotidiano, sendo que a escola deveria ser por essência um lugar de colaboração e de corresponsabilidade em prol de um objetivo maior – o desenvolvimento das pessoas.

Um lugar de encontro para alunos, pais, professores e coordenadores; todos unidos em uma comunidade escolar de fato.

Obvio que esse desafio de criar uma “nova edição crítica da escola” passa por toda a comunidade escolar. Mas, acredito que passa necessariamente pela coragem das famílias de exigir a transformação da escola; passa por não ter medo da mudança e de lançar um olhar crítico para esse modelo escolar que tem origem no século XII.

E não se trata de jogar tudo fora, como se nada fosse bom ou passível de edição. Estou falando de, como nas novas edições de Monteiro Lobato, reconhecer a genialidade de conteúdos e transformar o que não dialoga com o mundo atual. Essa é uma decisão urgente, pessoal e intransferível. As famílias também precisam assumir o protagonismo na transformação da escola.

Claudio Sasaki é mestre em Educação pela Stanford University e cofundador da Geekie, empresa referência em educação com apoio de inovação no Brasil e no mundo.

A era das transformações: de Monteiro Lobato à escola brasileira

Nada escapa ao poder inexorável do tempo. Recentemente, li que Pedro Bandeira aceitou o desafio de adaptar a obra de Monteiro Lobato. Alinhado às demandas do século XXI, parte da missão consiste em eliminar as expressões racistas, atualizando os textos para jovens e crianças contemporâneas.

Os xingamentos que Emilia proferia contra Tia Anastácia não têm mais espaço nas novas edições da Editora Moderna, tampouco na sociedade brasileira. Mas, a linguagem, a genialidade e o humor de Lobato serão preservados. A movimentação editorial ocorre no momento em que a obra passa ao domínio público, ou seja, os direitos autorais não pertencem mais exclusivamente aos descendentes, 70 anos após a morte do escritor.

Como pai de quatro filhos e mestre em Educação pela Universidade de Stanford, tenho acompanhado a polêmica em torno dessas novas edições e do conteúdo da obra original. Em 2010, por exemplo, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) manteve a obra Caçadas de Pedrinho no Programa Nacional Biblioteca da Escola, desde que houvesse a advertência de condicionar o livro, no contexto de educação escolar, a professores com a devida compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil.

Cabe ressaltar que a edição com uma adaptação crítica – similar à proposta de Pedro Bandeira – não é exatamente uma novidade na literatura. O quadrinho “Tintim no Congo” foi objeto de debates públicos na Europa e hoje conta com edições revisadas que eliminaram os resquícios do colonialismo belga; antes, o conteúdo era repleto de estereótipos e preconceitos contra os africanos.

Monteiro Lobato e Hegé (Georges Prosper Remi) nasceram, respectivamente, em 1882 e 1907. São resultado de uma escola e de um modelo de educação pertencente a um mundo muito diferente. E é esse ponto que quero abordar. Da mesma forma como muitas pessoas (educadores, pais e autores) resistem à revisão de obras literárias – feita com respeito e profissionalismo, ressalto –, se opõem à atualização da forma como educamos nossas crianças e da própria escola, que também tem sofrido o peso do tempo. Se nós, pais, já não somos os mesmos... imagine os nossos filhos!

Como especialista em educação e empreendedor da Geekie, tenho rodado o mundo, palestrando sobre o tema com um olhar muito voltado para a escola brasileira e as referências educacionais no exterior. Na edição de 2018 do Fórum Econômico Mundial para América Latina, cujo tema transversal foi a Quarta Revolução

Industrial – um momento no qual o mundo está interconectado, mas a organização geopolítica e os problemas globais não correspondem à forma como estamos organizados – a minha colaboração foi levar o olhar da tecnologia e da inovação, dentro de um contexto educacional real e prático.

Quando se pensa que a escola atua com o desafio de preparar o aluno para as competências do século XXI – mas, que ainda perpetua um modelo de trabalho baseado nas habilidades necessárias na época da revolução industrial – percebe-se que a proposta educacional adotada por grande parte das escolas está distante de um modelo de trabalho e de vida em sociedade com pensamento crítico, autonomia e visão de futuro.

No cerne do desafio de preparar os jovens para o mercado de trabalho do futuro está a necessidade de questionar o ensino para habilidades e competências, mas para que isso aconteça há um longo caminho. E esse caminho tem muito a ver com levar inovação, tecnologia, empreendedorismo e noção de cooperação para dentro da sala de aula.

Hoje, a escola muitas vezes ainda está distante de ser um ambiente de colaboração; o estudante por vezes está sozinho, o pai tem que contratar professor particular para esclarecer dúvidas adicionais.

O professor também está em uma jornada solitária, dando aulas em várias escolas e sem tempo de estabelecer vínculos; o coordenador vive uma rotina sobrecarregada e de cobranças. Ou seja, cada um está imerso no próprio cotidiano, sendo que a escola deveria ser por essência um lugar de colaboração e de corresponsabilidade em prol de um objetivo maior – o desenvolvimento das pessoas.

Um lugar de encontro para alunos, pais, professores e coordenadores; todos unidos em uma comunidade escolar de fato.

Obvio que esse desafio de criar uma “nova edição crítica da escola” passa por toda a comunidade escolar. Mas, acredito que passa necessariamente pela coragem das famílias de exigir a transformação da escola; passa por não ter medo da mudança e de lançar um olhar crítico para esse modelo escolar que tem origem no século XII.

E não se trata de jogar tudo fora, como se nada fosse bom ou passível de edição. Estou falando de, como nas novas edições de Monteiro Lobato, reconhecer a genialidade de conteúdos e transformar o que não dialoga com o mundo atual. Essa é uma decisão urgente, pessoal e intransferível. As famílias também precisam assumir o protagonismo na transformação da escola.

Claudio Sasaki é mestre em Educação pela Stanford University e cofundador da Geekie, empresa referência em educação com apoio de inovação no Brasil e no mundo.



Essa falta de sintonia entre a escola e educar para o futuro está custando caro; nossos filhos estão abandonando a sala de aula. No Brasil, de acordo com a PNAD, 50% dos jovens brasileiros não conseguem concluir o Ensino Médio até os 19 anos. A necessidade de trabalhar, que pode vir à mente como principal fator da evasão escolar, não é o primeiro motivo: 40% dos jovens que abandonaram os estudos apontam o desinteresse – de acordo com a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

O problema do acesso universal à uma educação de qualidade não é só

social, mas também é uma questão de competitividade! Se o país não garantir que todas as pessoas que passam pelo sistema educacional tenham capacidade de desenvolver plenamente o próprio potencial, corremos o risco de deixar vários “Stephen Hawking” pelo caminho.

Se o Brasil quiser ser um país competitivo, precisamos que todas as crianças tenham uma educação de qualidade. Temos que mudar, no mínimo, o Ensino Médio para aproximar essas duas pontas; para que o dia a dia desse aluno na escola seja conectado com o que ele vai ser demandado no mercado de trabalho.

O primeiro passo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é direcionar o ensino para habilidades e competências, mas para que isso aconteça há um longo caminho. E esse caminho tem muito a ver com levar inovação, tecnologia, empreendedorismo e noção de cooperação para dentro da sala de aula.

Hoje, a escola muitas vezes ainda está distante de ser um ambiente de colaboração; o estudante por vezes está sozinho, o pai tem que contratar professor particular para esclarecer dúvidas adicionais.

O professor também está em uma jornada solitária, dando aulas em várias escolas e sem tempo de estabelecer vínculos; o coordenador vive uma rotina sobrecarregada e de cobranças. Ou seja, cada um está imerso no próprio cotidiano, sendo que a escola deveria ser por essência um lugar de colaboração e de corresponsabilidade em prol de um objetivo maior – o desenvolvimento das pessoas.

Um lugar de encontro para alunos, pais, professores e coordenadores; todos unidos em uma comunidade escolar de fato.

Obvio que esse desafio de criar uma “nova edição crítica da escola” passa por toda a comunidade escolar. Mas, acredito que passa necessariamente pela coragem das famílias de exigir a transformação da escola; passa por não ter medo da mudança e de lançar um olhar crítico para esse modelo escolar que tem origem no século XII.

E não se trata de jogar tudo fora, como se nada fosse bom ou passível de edição. Estou falando de, como nas novas edições de Monteiro Lobato, reconhecer a genialidade de conteúdos e transformar o que não dialoga com o mundo atual. Essa é uma decisão urgente, pessoal e intransferível. As famílias também precisam assumir o protagonismo na transformação da escola.

Claudio Sasaki é mestre em Educação pela Stanford University e cofundador da Geekie, empresa referência em educação com apoio de inovação no Brasil e no mundo.



Coordenação: Professor Dr Leandro Villela de Azevedo

Quem foi a pessoa mais rica que já viveu?

A pergunta pode parecer simples, mas está muito longe de ser. Primeiramente vamos fugir de aspectos “filosóficos” e tentar nos manter apenas nos materiais mesmo (nada de levarmos em conta aquela frase “conheci um homem tão pobre mas tão pobre que ele não possuía nada além de dinheiro”).

Ainda que for levar em conta apenas “dinheiro” a questão é complexa. Hoje temos as listas Forbes que medem a riqueza de cada bilionário em dólares e compara entre si. Mas, mesmo em épocas onde a riqueza já poderia ser medida em dólares, é muito diferente compararmos 50 bilhões de dólares em 1920 ou 50 bilhões de dólares nos dias de hoje (sim, creiam, também existe inflação nos Estados Unidos e em dólares).

Para isso basta lembrar aqueles filmes de faroeste onde uma moeda de dólar, que era feita de prata, era considerado uma valor bem alto, e um saco cheio delas uma verdadeira fortuna para se roubar de um banco.

Se formos considerar apenas a fortuna em dólares e usar a inflação oficial para dar paridade de moeda, a pessoa mais rica seria Andrew Carnegie, a fortuna dele chegou a ser de 380 bilhões de dólares, já contando a inflação de 2481% nesse período.

O interessante é que a fortuna de Carnegie realmente foi criada ape-

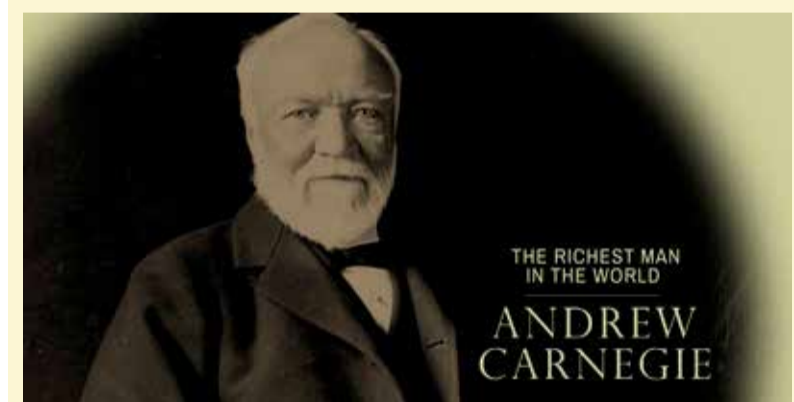
de algumas destas linhas. Quando estourou a Guerra Civil, o governo americano precisou de forma muito intensa das ferrovias que ele possuía, ou era sócio majoritário. Com estas ações, sua fortuna chegou a patamares insuperáveis.

Acabada a Guerra Civil e tendo mais dinheiro do que ele poderia gastar, Carnegie começou a comprar terrenos próximos às suas linhas ferroviárias, e descobriu que havia reservas imensas de petróleo nessas regiões que até então eram quase desabitadas e muito baratas.

Era o começo da febre do petróleo, e ele praticamente tinha o monopólio do produto nos Estados Unidos. Então ele resolve começar a investir em matéria prima para seus trens e para as máquinas de extrair petróleo, para isso criou siderúrgicas para alimentar seus próprios negócios.

E com a proximidade da 1ª Guerra Mundial e a eclosão desta, o governo americano e os demais governos mundiais estavam desesperados pelo aço. As indústrias europeias de aço foram destruídas. E esse novo golpe de sorte ou estratégia comercial, o elevou ainda mais entre o posto mais alto dentre os mais ricos de sua época.

Para finalizar, no seu ápice de fortuna, decidiu que ficaria apenas com 50 mil dólares, o equivalente a um milhão e meio hoje (e que todo



nas durante a vida dele, aos 16 anos, o salário mensal dele (em valores atualizados) era de 400 dólares, ou algo por volta de 1600 reais.

Sendo operador de Telégrafo foi trabalhar em companhias ferroviárias. O bom trabalho tornou ele supervisor de uma linha em pouco tempo. E aí começaram as suas listas de “sortes”. Primeiramente, resolveu usar parte de seu salário para comprar ações da companhia, em especial das linhas de férreas pouco utilizadas.

Deste modo, chegou a ser dono

o restante, seria doado à pesquisas e universidades. Este gesto o tornou o maior beneficente particular da história americana.

Importante, para esse artigo levei em consideração apenas pessoas da época em que o Dólar já existia. Portanto, sua fortuna pode ser medida e aplicada a inflação Americana do período.

No artigo do próximo mês veremos outros critérios de comparação e chegaremos a uma nova conclusão para além desta. Não perca a próxima edição.

Professor Leandro Villela é mestre e doutor em História Social pela USP e professor da rede particular de ensino em São Paulo. É autor de coleções didáticas e paradidáticos.

EXPEDIENTE

JE

Ano XXXII - Nº 320 - Junho 2019

Rua Padre Kolb, 99 Bl 12/104
89202-350 Joinville - SC
Fone: (47) 3433 6120 e 984150630

Endereço Eletrônico:
www.jornaldaeducacao.inf.br
jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

Jornalista Responsável:
Maria Goreti Gomes DRT/SC
ISSN 2237-2164 (impresso)
ISSN 2596-223X
Reg. Especial de Título nº 0177593
Impressão: AN
Tiragem desta edição: 4000

Distribuição dirigida a assinantes, anunciantes e estabelecimentos de ensino dos municípios das regiões educacionais de Joinville e São Bento do Sul.

Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores

1987 - 2017

30

JORNAL DA EDUCAÇÃO

PROFESSOR:
Seu trabalho resultou em mais aprendizagem?

Compartilhe com seus colegas, chame o JE para divulgar sua experiência.

E-mail: jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br
Whatsapp: (47) 9 984150630

www.jornaldaeducacao.inf.br

Vício por games é semelhante à dependência por drogas

Os nomes são fictícios para proteger a família que se propôs a contar sua história para ajudar outros pais a evitar este tipo de transtorno. Vale ressaltar também que nem toda criança ou adolescente que jogar Fortnite se tornará um viciado. Mas é bom lembrar que cabe aos adultos da casa dar limites e observar a reação da criança, pois ela não tem maturidade mental para avaliar sua própria saúde mental.

A história de Carlos, um menino de 10 anos, que em poucas semanas ficou viciado no jogo, é um relato das dificuldades que muitas famílias vêm passando. Além das dificuldades de detectar e aceitar o problema como transtorno mental, toda a família precisa se envolver no tratamento. Um das maiores dificuldades é enfrentar com maturidade as crises de abstinência.

Da diversão sadia à dependência digital

Anita e Jonas são destes pais que colocam regras e limites aos filhos. Quando se casaram, há 18 anos, ambos trabalhavam em empresa de tecnologia digital. A mãe de Carlos, 10 anos e João, 4 anos trabalhou também em escola, na área administrativa. Jonas continua trabalhando em empresa de tecnologia e cabe a ele 'testar' os jogos online antes de liberar para o menino.

Anita mudou de profissão para ter mais liberdade e tempo para dedicar-se aos filhos, já que o marido constantemente viaja a trabalho. Atualmente a empreendedora produz e comercializa peças de decoração e aromatizantes. O trabalho autônomo tem sido seu principal aliado no tratamento para a cura de Carlos que tornou-se dependente digital em pouco mais de um mês jogando Fortnite.

As qualidades de bom filho, estudante responsável, daqueles que estudam sem precisar mandar, bom jogador de futebol e amigo socialável legavam uma vida familiar, social bastante diversificada e ativa ao menino.

Em outubro de 2018, Carlos começou a jogar Fortnite, um jogo de estratégia onde os jogadores montam uma cidade em seus mínimos detalhes. No começo, o pai jogava uma ou outra partida com ele. Quando pediu para participar de um campeonato on line, os pais o consideraram merecedor e permitiram.

E para além de reconhecer os méritos, o filho estava dentro de casa, sob o olhar atento dos pais, jogando um jogo de estratégia e desafios que no entendimento do pai, não teria nada que oferecesse perigo. Os pais consideraram também que o filho estaria em segurança dentro de casa, sob seu olhar atento.

“Mas é aí que está o perigo. Não é porque estão debaixo dos nossos olhos que estão seguros”, frisa a mãe. Foi muito rápido. Um mês depois de começar a jogar, o menino começou a mudar seu comportamento. Começou a querer negociar mais tempo para jogar, a postergar as tarefas, a ficar irritado e 'respondão' com a mãe e com os amigos. O jogo provoca muito bullying entre os jogadores”, acrescenta.

“Muitas vezes eu estava aqui fazendo o meu trabalho e tinha que bater na porta e pedir que parassem porque gritavam um com o outro. Nesse dia comecei a ficar mais atenta e percebi que o jogo que leva amigos a brigarem não é uma coisa boa, não é saudável para ninguém. E passei a conversar com Carlos sobre isso”, conta Anita.

“Rapidamente, percebi que ele começou

a não querer jogar só pela manhã. Já não queria dormir às 21 horas, porque era muito cedo. Já não queria fazer mais nada, nem a guardar as compras quando chegávamos do supermercado, coisa que antes gostava e se divertia muito fazendo.

“Tudo na vida dele girava em torno de ter mais tempo para jogar. Todo o tempo queria negociar porque em 10 ou 20 minutos daria para jogar mais uma ou duas partidas. Mas foi quando ele passou a não querer mais ir à festa de aniversário, alegando que era muito chato, percebi que a coisa estava ficando muito séria, porque ele sempre gostou muito de festas e brincava o tempo todo”, conta.

“Então, no dia em que a mãe de um de seus amigos mais próximos contou de sua tristeza com a forma violenta como meu filho brigou com o amigo por causa do jogo, ficou um tremendo mal estar. Comecei a dar castigo a ele e a controlar e reduzir o tempo de jogo. E a pesquisar e estudar sobre o assunto”, lembra. A mãe já havia percebido a essa altura que Carlos fazia tudo correndo e de qualquer jeito para poder jogar mais e mais. Além da irritabilidade, da agitação e da falta de concentração nas tarefas de casa, passou a baixar de rendimento na escola.

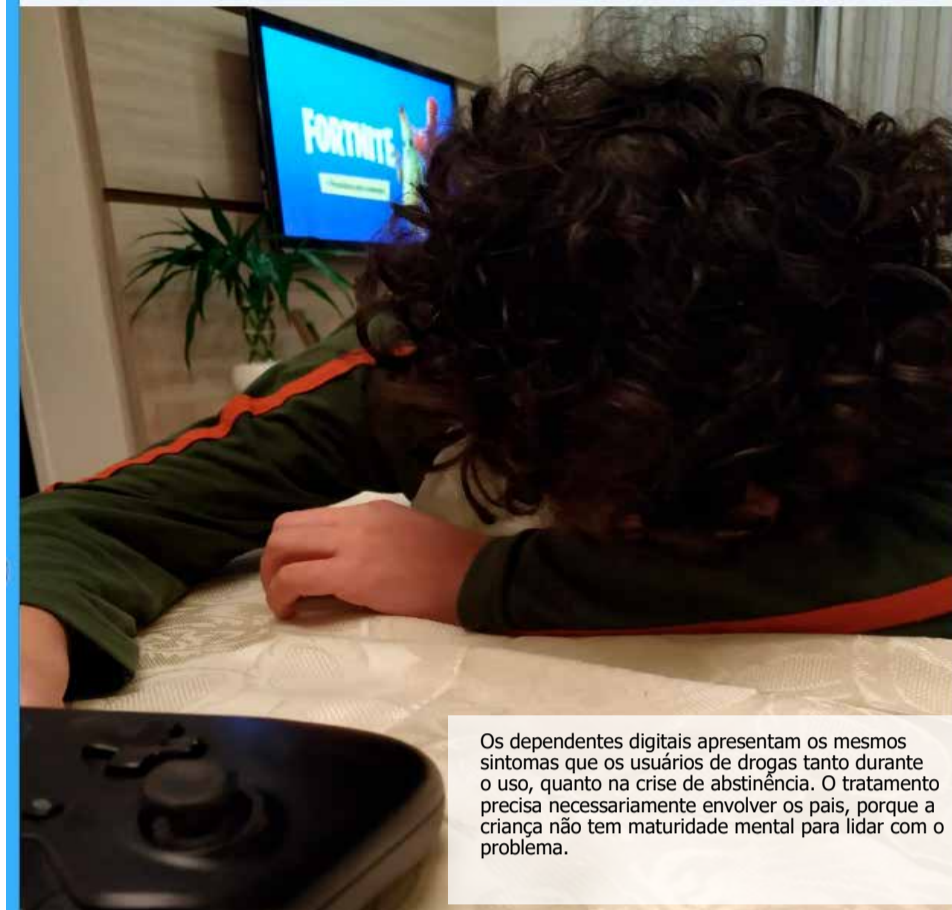
Bom filho e aluno

Até o final do ano, Carlos era desses filhos amorosos que toda mãe e todo pai se orgulha de ter. Fazia com alegria e presteza todas as tarefas escolares, as do curso de inglês e as pequenas tarefas domésticas que lhe cabiam na convivência familiar. Passeava com os pais, adorava ir aos aniversários de amigos e festas de família e lá divertia-se muito com as demais crianças e adultos.

O primeiro videogame foi presente de oito anos. Mas somente aos nove, começou a jogar *on line*, e sempre sob a supervisão direta dos pais, numa das salas do apartamento de classe média alta que tem quadra de esportes, piscina, ampla área de lazer.

Carlos estuda no período vespertino e sempre respeitou as regras. Jogava pouco mais de uma hora nas duas manhãs que tinha livre, às segundas e quartas feiras, após terminar as tarefas escolares e as pequenas atividades domésticas atribuídas a ele na convivência familiar. E este tempo era suficiente..

Nos finais de semana também podia jogar, mas preferia brincar ou passear com os pais e amigos, ir a festas de aniversário e familiares.



Os dependentes digitais apresentam os mesmos sintomas que os usuários de drogas tanto durante o uso, quanto na crise de abstinência. O tratamento precisa necessariamente envolver os pais, porque a criança não tem maturidade mental para lidar com o problema.

Estudante disciplinado, filho amoroso fazia curso de inglês e escolinha de futebol pela manhã.

O menino tinha liberdade para organizar sua rotina diária que incluía tarefas como arrumar o próprio quarto, ajudar a mãe a colocar e tirar os pratos da mesa, levar o lixo na lixeira do prédio e organizar a sala antes de dormir às 21 horas.

Em fevereiro de 2017 começou a jogar Minecraft online. E em setembro de 2018, foi autorizado pelos pais, a jogar Fortnite. Poucas semanas depois, o interesse do menino pelas aulas de inglês, que até então adorava, desapareceu. O futebol, esporte preferido, também já não era razão suficiente para tirá-lo da frente da tela do game.

A família percebeu a mudança de comportamento e humor do garoto, mas considerava que diminuindo o tempo de jogo e controlando melhor a exposição às telas seria suficiente. Não foi.

Crise de abstinência

O momento crucial aconteceu durante as férias escolares da família, em Orlando, na Disney, quando Carlos entrou em crise de abstinência.

“Demorou para cair a ficha. De repente perdemos a mão, porque ele sempre tinha sido um bom menino, julgamos que não teria problema jogar. Mas meu filho se tornou antissocial. Estava sempre irritado, passou a brigar o tempo todo e a negociar para conseguir sempre mais tempo para jogar”, registrou a mãe.

“Em dezembro tiramos férias em família e deixamos o jogo em casa. Na praia, aprendeu a andar de bicicleta com o pai e voltou a jogar basquete. Foram 20 dias muito bons, mas ele sempre na expectativa de voltar para casa para jogar”, contou.

Em janeiro a família foi de férias para a Disney. Lá encontraram uma família de amigos que tinha o notebook e Carlos foi ensinar o colega a jogar Fortnite.

Depois de jogar cerca de uma hora, o menino perdeu o interesse pelos parques. Irritado e sem interesse por mais nada. Foram longos seis dias nos quais só queria voltar para casa para jogar.

“Quando chegamos no Brasil percebe-

mos que não adiantava reduzir ou mesmo controlar o tempo de jogo, porque ele simplesmente não respeitava os limites e horários que tentávamos impor. A solução foi tirar o jogo e começarmos o tratamento”, registra a mãe.

“Os primeiros 15 dias foram muito difíceis, ele esbravejava. Eu era uma bruxa que acabou com os sonhos dele. Comecei a pesquisar, ler e a entender o que causava a mudança de comportamento em meu filho”, explica a mãe emocionada.

Aprendendo a lidar com o vício

Com as pesquisas e leituras, a mãe aprendeu que uma criança viciada em jogo tem o mesmo comportamento e crise de abstinência que um usuário de cocaína. Foi muito difícil reconhecer que eu precisava de ajuda, porque sozinha não conseguiria ligar com essa mudança todo de meu filho. De alguma forma eu me sentia culpada pelo que estava acontecendo com meu filho. Parecia que eu tinha eu não tinha forças para superar tanta revolta dele contra mim, mas consegui”, conta a mãe orgulhosa.

A mãe assumiu a responsabilidade pelo tratamento do filho já que o marido viaja bastante e está fazendo terapia para se fortalecer e auxiliar o filho a superar a crise de abstinência.

“Carlos não falava mais comigo. Dizia que os amigos não falavam mais com ele e que eu tinha acabado com a vida dele. Que eu era a culpada por destruir suas amizades, sua vida”, conta.

“Eu rebatia dizendo que era ótimo porque se aqueles 'amigos' não falavam mais com ele porque ele não jogava mais, era porque não eram realmente seus amigos, mas somente colegas do jogo”.

No dia da entrevista, 24 de abril, Anita estava fazendo terapia há dois meses e Carlos “está limpo há 80 dias”, comemora a mãe.

Anita ressalta que são os pais que devem fazer terapia porque são eles os responsáveis pelo tratamento da criança, pois ela não tem maturidade psicológica para lidar com a crise de abstinência.

Doença mental

Em junho de 2018, a obsessão por videogames passou a ser considerado um transtorno de saúde mental pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que a incluiu na 11ª Classificação Internacional de Doenças (CID). O comportamento do viciado em videogame, sem controle de frequência e intensidade, pode representar um problema de saúde mental.

O documento descreve o problema como padrão de comportamento frequente ou persistente de vício em games, tão grave que leva “a preferir os jogos a qualquer outro interesse na vida”.

Alguns países já haviam identificado essa condição como um problema importante para a saúde pública. O vício em jogos eletrônicos leva a outros problemas, como

a dependência química.

O novo status da doença descrita traz benefícios para a população. Mas ao mesmo tempo que cria a oportunidade de se ter serviços mais especializados no tratamento, coloca esse distúrbio como algo a ser levado a sério.

No entanto, os pais devem tomar cuidado para não pensar que seu filho tem que ser medicado, em vez de ser tratado. Há ainda risco de confundir os que são apenas 'empolgados' jogadores de videogame com os viciados.

Cerca de 50 novos casos de vício em videogame surgem a cada ano numa população de um milhão. O critério principal é os adultos observarem se o jogo está afetando atividades básicas, como comer, dormir, socializar ou ir à escola. Se a resposta for sim, então, pode ser que o problema já pode estar instalado.

Mãe em terapia

“Fui me tratar porque tenho que impor e manter as regras e limites e lidar com a crise de abstinência do meu filho”, ressalta. “A terapeuta holística me auxilia a ver as coisas de outro modo e a rever os sentimentos em relação ao meu filho, para não deixar cair por terra todo o tratamento.

Meu maior erro foi querer ser amiga do meu filho, porque se entro no ambiente de amizade, ele vai cobrar de mim como amiga, e eu não sou amiga dele, sou sua mãe e preciso cumprir meu papel na educação e desenvolvimento de meu filho”, ressaltou Anita.

“Reduzi minha carga de trabalho porque meus filhos são minha prioridade. Tenho que monitorar todo o dia dele. Quando vai dormir na casa de um amigo, por exemplo, deixo bem claro que não pode jogar. Este movimento de cura está fazendo bem até para os amigos dele”, continua.

Outro dia, por exemplo, a mãe de um dos amigos de Carlos disse que os meninos descobriram que tem uma quadra esportiva próximo à casa deles. “Às vezes até mesmo os pais pensam que as crianças não têm outra coisa para fazer, mas sempre tem, é só procurar”, acrescenta.

Orgulhosa conta que atualmente o filho voltou a gostar das aulas de inglês e voltou para a escolinha de futebol pela manhã e duas noites joga basquete.

“É mais difícil para mim agora, porque tenho que levar a muitos lugares e tem o pequeno para cuidar também. É um trabalho diário, mas estamos conseguindo. Nestes 80 dias ele já leu 14 livros, antes lia um por mês”, relata.

“Hoje ele está usando o tempo com atividades boas, trocando o vício em jogo pelos esportes que produzem os hormônios do prazer. A terapeuta holística me orienta, principalmente a ver separadamente o que é o comportamento do meu filho, e o que é o da criança em crise de abstinência.

“Não posso ficar com raiva do meu filho por causa das atitudes geradas pela crise de abstinência. Tenho que ser firme e saber que ele me chama de bruxa, não porque não me ama, mas porque estou impondo os limites e sendo firme para ajudá-lo. Tenho que lidar com isso e reorganizar minha rotina para tratar meu filho”, completou.

Ciente de que está fazendo seu papel de mãe e de que precisa nutrir seu sentimento de mãe pelo filho, Anita considera ótimo que o vício tenha surgido agora, idade em que o filho ainda está sob o comando dos pais, “porque se fosse na adolescência, tenho certeza que seria muito mais difícil”, completa.

Adulto é o responsável

O médico psiquiatra Felipe Becker, coordenador do Núcleo de psiquiatria do Hospital Infantil alerta que os sinais do vício em games e celulares são semelhantes aos do consumo de drogas e demais transtornos mentais e alimentares.

O médico acrescenta ainda que a dependência digital (especialmente de celulares) está presente em praticamente todas as crianças e adolescentes internados na psiquiatria para tratar os mais diferentes distúrbios como tentativa de suicídio, depressão, bulimia, etc...

Ele acrescenta ainda que a criança viciada que fica alguns dias sem jogar ficará inquieta, irritada e com pouca tolerância à abstinência. Mas a principal orientação é para os pais e responsáveis: “são os adultos da casa quem devem identificar se a criança está viciada ou se encaminhando para”.

O psiquiatra que coordenada a equipe do Hospital Infantil de Joinville e faz estudos sobre o tema alerta aos pais de que não adianta falar para a criança ir dormir às nove horas e deixar o celular, vídeo games, tablets, computador TV e eletrônicos no quarto.

Em sua opinião, o quarto da criança e do adolescente não é lugar para aparelhos eletrônicos, porque eles são imaturos mentalmente, ainda não têm autocontrole suficiente e, se o aparelho estiver lá a seu alcance, vão usar mesmo sem que os pais percebam.

Por outro lado, estes aparelhos são um dos fatores principais do isolamento social. Estudos de sua equipe junto aos pacientes internados, mostram que as crianças que tentam suicídio, ficavam entre 8 e 10 horas por dia no celular ou jogos, muitas vezes com o conhecimento dos pais, nas semanas anteriores ao fato.

O médico acrescenta ainda que pelo menos uma hora antes de ir dormir, deve-se tirar o celular das mãos, para o cérebro se aquietar. Esta orientação vale, inclusive para os adultos.

“Defendo a atualização dos critérios do diagnóstico das doenças mentais em crianças e adolescentes, porque tudo o que acontece com a criança tem relação com a mãe e com o pai”, enfatiza.

O bebê nasce com um cérebro com apenas 30% do tamanho que terá na fase final de desenvolvimento, por volta dos 20 a 25 anos de vida.

A primeira infância, até o terceiro ano de vida é a fase de maior desenvolvimento cerebral, então, até esta idade, as crianças não deveriam ter qualquer contato com telas de celulares, tablets, computadores ou televisão.



O psiquiatra especialista na infância, Felipe Becker alerta que, se os pais não fizerem o tratamento junto, os filhos não conseguem superar a crise de abstinência.

A segunda fase do desenvolvimento cerebral vai até os seis anos e, nesta fase, o tempo de exposição não deveria ser superior a uma hora por dia”, completa.

O médico explica que as regras e limites devem ter a finalidade de proporcionar desafios adequados para cada fase e que é importante a criança se frustrar, porque se não tiver desafios, tende a ficar mais acelerada mentalmente.

O critério principal é a observação dos adultos. Se o jogo está afetando atividades básicas, como comer, dormir, socializar ou ir à escola. Se a resposta for sim, então, o problema já pode estar instalado.

Isto acontece principalmente porque a exposição excessiva às telas leva o cérebro a receber um volume de informações maior do que a capacidade de absorver e este movimento contínuo tende a provocar a perda do autocontrole, que também faz parte do desenvolvimento cerebral.

Revista científica



A nova revista digital do Jornal da Educação é uma nova opção para os cientistas e pesquisadores publicarem seus artigos científicos e de opinião, resenhas. Os professores de educação básica também podem publicar relatos de experiência.

A revista científica é coordenada pelo professor Doutor Norberto Dallabrida (JUDESC).

As regras para envio dos textos estão em nosso site. Para outras informações envie e-mail para: contato@jornaldaeducacao.inf.br

www.jornaldaeducacao.inf.br



Por outro lado, também são os adultos responsáveis pela criança quem devem fazer o tratamento, já que em praticamente a totalidade dos casos, a medicação não é necessária e em indicada.

Além de doente, a criança ou adolescente não tem maturidade mental nem para exercer controle sobre o próprio vício e menos ainda para lidar com a crise de abstinência.

“Nosso maior desafio no Hospital Infantil é conseguir envolver os pais no tratamento e são eles quem devem fazer o tratamento para o filho, que são imaturos mentalmente para tomar decisões sobre o próprio tratamento. Mas os pais, via de regra não conseguem perceber que a doença do filho é reflexo da sua própria incapacidade de dar limites”, registra.

No consultório, conseguimos um pouco mais de adesão porque fazemos uma abordagem mais direta, mas lá no Hospital Infantil é um pouco mais complicado. Difícilmente temos contato com ambos os pais e grande parte das vezes o problema se instalou exatamente porque os pais estão ausentes e nem conhecem a rotina dos filhos”, alerta o psiquiatra.

E acrescenta que os problemas de hoje já são reflexos da atitude, ou da não atitude dos pais no passado. “Educar dá trabalho. É preciso conhecer a criança e entender o que ela está fazendo, seus gostos e que para aprender a tomar decisões por conta própria, ela antes precisa interagir com os pais e com a sociedade. E para isso os pais precisam ter um tempo de qualidade com a criança e com o adolescente”, afirma.

Segundo ele, quem tem que interferir e modular o querer são o pai e a mãe, que se não brincarem com a criança, sequer conseguem ser referência e influenciar nas decisões mais básicas do filho que está em fase de desenvolvimento.

“O excesso de tudo, a permissividade e até de presentes desnecessários na infância prejudica o desenvolvimento da maturidade”, sentencia.

Sintomas do viciado

- a) Irritabilidade
- b) Isolamento social crônico
- c) Sonolência diurna
- d) Queda no rendimento escolar
- e) Ansiedade
- f) Mudanças bruscas de humor.
- g) Perda de interesse pelo que está habituado a fazer
- h) Pouca vinculação afetiva

“Defendo que seja implantado um programa de orientação aos pais desde a gestação até a fase adulta. A maioria dos pais não tem conhecimento e maturidade para educar os filhos. Temos muitos casos em que precisamos interferir na criança com medicamento porque os pais não percebem a permissividade com o filho. Eles têm que entender que fazem parte do tratamento”, afirma.

O médico relata que em muitos casos os pais pedem medicação porque querem o filho calmo e tranquilo. E esclarece que os medicamentos são desnecessários ao tratamento na grande maioria das doenças e transtornos mentais especialmente na infância e na adolescência.

E que a recuperação da saúde mental é alcançada com tratamentos psicossociais e comportamentais e não por meio dos medicamentos, que máximo, conseguirão tratar a crise aguda.

Além de prejudicar o desenvolvimento cerebral da criança e do adolescente, os medicamentos devem ser prescritos somente em casos de grande comprometimentos das funções básicas como tentativa de suicídio, auto mutilação, transtornos alimentares graves, isolamento social completo ou agressividade extrema.

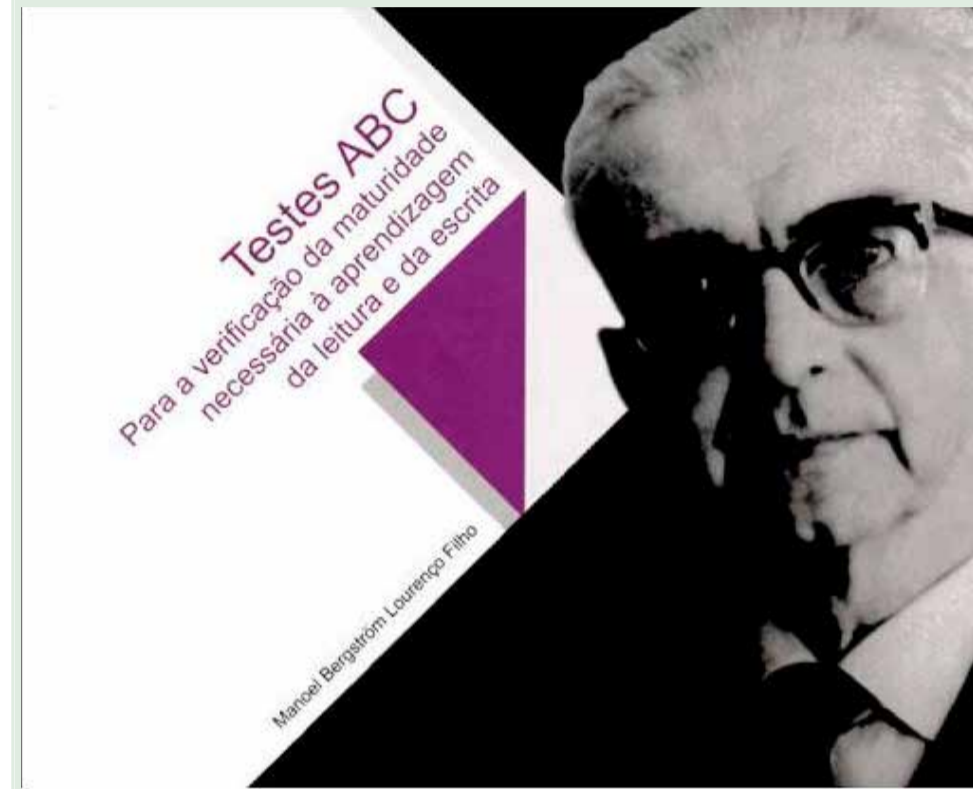
“Quando a criança chega ao consultório, já está com um histórico de desenvolvimento cerebral prejudicado e com prejuízo de interação social e isolamento. Na maioria dos casos o medicamento é um suporte para dar um choque de realidade para essa criança conseguir lidar com as atividades do cotidiano. Mas a criança agitada já está com o cognitivo ‘no espaço’, então é preciso procurar profissionais. Psiquiatras e Psicólogos com experiência em infância são os mais indicados para fazer o tratamento”.

“Aqueles que tratam a criança ou adolescente como um mini adulto devem ser evitados. É importante que o profissional consiga criar vínculo com a criança. Mas os pais terão de participar e fazer o tratamento, porque a criança não tem maturidade mental e nem autonomia para tal”, reafirma.



TESTES ABC: SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO ESCOLAR

Juliana Topanotti dos Santos Mello 1



No início do século XX, a expansão da escolarização primária estava na pauta dos governos de muitos países, dentre eles o Brasil. Preocupavam-se em como organizar o sistema escolar para que pudesse receber um contingente maior de crianças e para que o processo de ensino e aprendizagem fosse o mais eficiente possível.

É diante dessas demandas que é criada a primeira escala métrica de inteligência infantil, pelos franceses Alfred Binet e Théodore Simon, em 1905. Havia nestas práticas a seletividade já que, por meio destes instrumentos de verificação da inteligência, as crianças seriam encaminhadas para escolas regulares e especiais. Além disso, havia a classificação, já que as crianças eram alocadas em classes homogêneas de acordo com a rapidez de sua aprendizagem.

Em 1927 começam no Brasil, com o educador Lourenço Filho, as primeiras experiências com os Testes ABC, instrumento baseado nas versões internacionais. Estas primeiras aplicações ocorreram no jardim de infância e nas escolas modelos anexas à Escola Normal da capital paulista. Em 1934, Lourenço Filho publica a primeira versão deste teste que visava verificar a maturidade e as aptidões necessárias à alfabetização. A diferença do teste brasileiro para os testes de outros países é que o primeiro pretendia produzir um “diagnóstico precoce” e um “prognóstico seguro”, sendo aplicado antes do processo de alfabetização ser iniciado e definindo a organização do ensino primário.

Neste dispositivo de avaliação o princípio de seleção e classificação foi mantido, visto que A, B e C eram designações para as turmas formadas com base nos resultados dos testes. A turma A era formada pelas crianças

que seriam alfabetizadas em 6 meses (fortes), na turma B o processo de alfabetização ocorreria em 1 ano (médios) e na turma C o prazo seria maior de 1 ano, além da turma necessitar de estímulos extras (fracos). Desta forma procurava-se também selecionar as crianças que iriam se beneficiar das escolas regulares de ensino e aquelas que deveriam ser encaminhadas para escolas especiais, seja por estarem além da média de pontuação ou aquém desta medida.

Além da verificação da maturidade e aptidões necessárias para a alfabetização, os testes ABC se dispunham a verificar também problemas de saúde: a audição e a visão, bem como indicava a existência de problemas emocionais ou desajustamentos sociais que poderiam afetar a aprendizagem. Neste contexto a inteligência ou a capacidade de aprendizagem era a variável mais importante, mas acreditava-se que mesmo crianças com um alto grau de inteligência, poderiam ter seu desempenho escolar afetado por problemas de saúde ou questões emocionais e familiares.

Os testes ABC foram utilizados nas escolas brasileiras durante décadas, sendo que em 1974 a publicação do manual de aplicação do teste já estava na 12ª. Edição. Os usos destes testes visaram a organização do sistema educacional para a ampliação da escolarização escolar, selecionando e classificando as crianças conforme seus desempenhos na avaliação psicológica.

1- Graduada em Psicologia pela UFSC e em Pedagogia pela UDESC. Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC.

Norberto Dallabrida * Professor da UDESC e autor de “Ensino secundário público e de qualidade no antigo Instituto de Educação: Florianópolis, 1947-1963 (Editora da UDESC/Dois por Quatro Editora, 2017) - E-mail:norbertodallabrida@gmail.com

Alunos de escolas públicas e privadas têm desempenho similar em matemática

Levantamento na plataforma Matific com cerca de 100 mil estudantes mostra nota máxima obtida em 44% das atividades em salas de aula

Os alunos da rede pública e do setor privado tiveram praticamente o mesmo desempenho em matemática durante o ano letivo de 2018. Segundo levantamento exclusivo na plataforma Matific, sistema de jogos matemáticos utilizado por cerca de 100 mil estudantes e 450 colégios brasileiros, as notas acima da média ficaram entre 74% (público) e 77% (privado) no País.

O estudo foi feito com base no desempenho dos alunos dentro da plataforma e considerou o volume de erros e acertos apresentados pelos estudantes de 5 a 12 anos (do primeiro ao sexto ano do ensino fundamental) nas atividades digitais aplicadas em salas de aula. A ferramenta conta com 1,6 mil jogos educacionais de matemática e possui uma média de uso de 50 mil exercícios por dia nos colégios brasileiros.

Os jogos pedagógicos estão alinhados ao novo currículo nacional, chamado de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e aos principais livros didáticos de matemática. Com cerca de 600 planos de aula, além de re-



latórios de desempenho de forma automática, individual e em tempo real, a plataforma permite ainda que os colégios e os professores aprendam a usar a BNCC em sala de aula, uma medida prevista pelo Ministério da Educação (MEC), para que as escolas sigam um currículo único e estabeleçam os conteúdos essenciais que deverão ser ensinados em todas as instituições de ensino no Brasil - públicas e privadas, assim como as competências e as habilidades que deverão ser adquiridas pelos alunos.

O sistema de gamificação é online e tem atualizações a cada seis semanas, com acréscimo de exercícios e outras funcionalidades. No mundo, atende cerca de 2,5 milhões de crianças, de 40 países. De acordo com o levantamento da Matific, das cerca de 2,6 milhões de atividades desenvolvidas em 2018, a nota máxima foi obtida em 44% dos casos na rede pública e em 56% no ensino privado. O desempenho abaixo da média foi de 26% nos colégios públicos e 23% nas escolas privadas. No total, participaram do estudo aproximadamente 5,6 mil turmas e 4 mil professores.

Para a psicopedagoga Ana Paula Carmagnani, gerente pedagógica da Matific Brasil, o estudo mostra um cenário de transformação do ensino da matemática no Brasil. “As novas tecnologias e os jogos digitais promovem uma aprendizagem mais profunda, pois, além de engajar os

alunos em situações cotidianas, estimulam a curiosidade, o raciocínio lógico e o gosto pela descoberta, tudo em um ambiente lúdico e interativo”, comenta Ana Paula. “Se o ensino da matemática ficar baseado apenas em decorar e memorizar, os alunos certamente terão desempenhos sempre abaixo da média”, acrescenta. Ana Paula lembra ainda que os jogos educacionais fornecem aos professores dados de desempenho de seus alunos em tempo real. “Isso permite que o professor personalize as atividades de acordo com o momento de aprendizagem de cada aluno”, conclui.

Jogos educacionais elevam interesse dos alunos pela matemática

Outra pesquisa recente realizada com quase 60 mil alunos brasileiros mostra que os jogos digitais elevam o nível de aprendizado e de interesse pela matemática nas escolas brasileiras. É o que afirmaram 91% dos estudantes entrevistados



Cena 1: Aula de matemática, explicação a mil por hora e Juca dormindo em sala, nos braços de Morfeu. Sermão típico. Em muitas escolas, aluno expulso da sala (atitude inútil e arcaica). Apenas a culpabilização, sem saber a razão.

Cena 2: Aula de Língua Portuguesa, a professora explicando sobre análise sintática, a turminha rindo com as tiradas do Juca. Professora chama a atenção para que prestem a atenção. É insultada. Juca chama palavrões, desdenha a professora, mesmo sendo expulso de sala, aos berros, debocha da professora. A professora se ofende (acha que é falta de educação familiar, mau-caratismo), sai brava.

Cena 3: Durante uma prova, Ana baixa a cabeça, nada escreve. Ao final da aula, entrega a prova sem respostas, com aquele ar de quem sequer se preocupa com a situação. A Professora quis dar uma força, mas Ana está firme e diz que não se importa com zero, com reprovação, não quer responder. Já reprova dois anos, diz que vai para a escola para zoar,

brigas, atos de agressão, ironias, humilhação dentro de casa. Reproduzem na escola.

Os mais pobres, não enxergam a escola como fonte de melhorias na vida. A falta de limites e de aconselhamento cria o perfil para que os educadores sejam atacados, que a aprendizagem não seja valorizada. Na mente desses jovens, desafiar a escola é compensar frustrações,

O aluno debochado, indisciplinado reage assim por alguma distorção da realidade, por razão de que seu desenvolvimento psíquico foi afetado por falta de diálogo, de boas referências dentro de seu lar....

mostrar coragem. Este aluno não encontra atmosfera favorável para estudar, não tem parentes próximos como referência de sucesso gerado pela Educação formal. A escolarização simplesmente não lhe faz sentido, a casa não valoriza nem respeita a boa relação. O resultado se vê na sala de aula, na perda de interesse, na ofensa ao mestre.

Nas escolas particulares e nas escolas públicas de cidades

Dificuldades e transtornos de aprendizagem: a preguiça e o desrespeito como sintomas

se encontrar com as amigas e ver o crush. (o que é CRUSH?)

Estas condutas desafiadoras, os atos hostis, o sono em sala ou falta de vontade, agressões verbais de alunos contra professores revelam, na ampla maioria dos casos, algum tipo de dificuldade ou de transtorno de aprendizagem. Mas são confundidos com maldade, falta de Educação e preguiça. Mas são sintomas. Uma aprendizagem baixa, falta de valor à escola, conteúdos sem sentido podem ser causas. Afinal, raros alunos que aprendem bem são indisciplinados. Somos programados para aprender. A preguiça é um sintoma, não uma causa. Isso precisa ficar claro. A oposição à aula é indicativo de dificuldade de aprender. Busque a causa!

É muito comum que, após afirmar que estas posturas debochadas indicam sofrimento, evidenciam sintomas de algum tipo de dificuldade ou transtorno de aprendizagem, os professores duvidem e até me desafiam. A Psicopedagogia e a Psicologia da Aprendizagem possuem ampla gama de pesquisas que consideram a desestrutura familiar, causa de muitos desafios e ofensas ao professor, como uma dificuldade de aprendizagem.

O aluno debochado, indisciplinado reage assim por alguma distorção da realidade, por razão de que seu desenvolvimento psíquico foi afetado por falta de diálogo, de boas referências dentro de seu lar. Acaba vendo como banais as

menores, onde frequentam os filhos de famílias com maior poder aquisitivo, também há indisciplinada e desinteresse pela escola por uma gama cada vez maior de alunos.

Primeiro pela dificuldade dos pais em impor limites e ficarem envolvidos com os assuntos dos filhos, com a escolarização, com mais tempo presentes e atentos. Segundo pela verdadeira santificação dos filhos, que tudo podem, tudo ganham, tudo querem. Não amam nem respeitam, nem desenvolvem empatia. E somente usufruem dos bens materiais advindos do esforço dos pais, como se fosse obrigação mimá-los para sempre. Escola para quê? O que recebem não é visto como fruto de boa escolarização ou esforço dos pais. Sentem como obrigação dos pais servir às majestades. Nem pensam de onde vem o que recebem sem esforço. Entendem que esta vida boa será eterna, o que explica a razão do crescente número de filhos sustentados por pais inseguros aos 25, 30, 40 anos ou mais.

Esta percepção distorcida da vida e da dinâmica familiar, associada à falta de diálogo e de limites, é uma doença social, é uma dificuldade de aprendizagem, também. Tal dificuldade é acentuada por um modelo de escola “conteudista”, que não consegue tempo para discutir e analisar os fenômenos sociais modernos.

Discutir a própria indisciplinada

e percebê-la como dificuldade de aprendizagem é a base para superar o problema. A alteração social e no caráter dos alunos é um transtorno de aprendizagem, que resulta na desvalorização da escola. Não adianta apenas punir alunos, culpar os pais ou a escola! Ou se muda a forma de ensino e o conteúdo, além de orientar estes pais e alunos, ou se perde mais uma geração.

Importante lembrar que os alunos com baixo nível de atenção, seja por transtornos neurológicos como o TDA-H (déficit de atenção com Hiperatividade) ou por

fadiga cerebral, pelo excesso de uso de smartphones e outros vídeos, diminuição das horas de sono ou má nutrição também causam agitação, indisciplinada, deboche e desafios aos professores.

Os desatentos e hiperativos apresentam dificuldades de lidar com impulsos, de refletir antes de falar ou mesmo desenvolvem alterações de conduta que os levam

a cometerem transgressões. Mas são condutas vistas como maldades quando, de fato, a causa é orgânica, mas a escola ignora este fato.

Quando um aluno não aprende, quando tem problemas sociais ou emocionais, quando há problemas psíquicos como a depressão, a resposta em sala para seu baixo aprendizado pode ser o deboche, o mau desempenho. É preciso o diagnóstico, mais tratamento e menos medidas disciplinares coercitivas. Os pais que partiram desse princípio, como Holanda, Noruega e Dinamarca hoje fecham cadeias. No Brasil, 75% dos presidiários possuem TDA-H e foram expulsos. Dificuldades de aprendizado confundidas com caráter ruim.

Cabe à escola não apenas punir os alunos ou resumir o fato à indisciplinada; precisa ouvir, avaliar, testar o desempenho, encaminhar a profissionais, exigir avaliação, diagnóstico e acompanhamento de psicólogos e psicopedagogos mesmo que via serviço público, por intermédio dos Conselhos Tutelares, se for necessário; oferecer encaminhamento a CAPS, CRAIS, CAPS e demais centros de apoio. Palestras aos pais, apoio da imprensa e de profissionais ajudará a entender que podemos recuperar o aluno indisciplinado, que sofre e faz sofrer sem saber de sua condição e da verdadeira razão de sua conduta.

* Gilmar de Oliveira, psicólogo clínico e professor universitário; especialista em Neuropsicologia e Aprendizagem; Mestre em Educação e Cultura. E-mail: psicogilmar@gmail.com

@psicogilmar
facebook.com/psicogilmar



Direito & Educação

Coordenação: Yolanda Robert

Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho

Medidas preventivas para reduzir os impactos das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho nas relações trabalhistas

A saúde e segurança do trabalho é tema bastante recorrente na dinâmica empresarial. Temos uma extensa e burocrática legislação a ser cumprida relacionada à prevenção, muitas vezes tão complexa que sua própria sistêmica torna-se um óbice à sua aplicação. São mais de 30 (trinta) normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que tratam diretamente sobre o tema, além da legislação previdenciária e trabalhista que promove inúmeras disposições burocratizando e onerando a prevenção.

No entanto, é extremamente importante promover gestão de saúde e segurança do trabalho para simplificar procedimentos, minimizar riscos e proporcionar um trabalho seguro aos empregados. Um ato inseguro poderá gerar prejuízos ao empregado, causando uma doença ou acidente de trabalho que poderá resultar em incapacidade total e permanente ou até a morte. Segundo observatório digital de Saúde e Segurança do Trabalho, de 2012 até 2017 foram registrados no Brasil 4.327.855 acidentes do trabalho e 16.090 mortes em acidentes do trabalho, o que equivale a um acidente a cada 48 segundos e uma morte a cada 3h e 38 segundos.

Esses incidentes geram um ciclo de prejuízos para as empresas e para a toda sociedade. Na ocorrência de um acidente ou doença ocupacional, as empresas possivelmente sofrerão encargos fiscais elevados através do aumento do FAP – Fator Acidentário Previdenciário, possíveis indenizações decorrente de danos morais, estéticos e materiais em ações trabalhistas individuais e coletivas, multas e fiscalizações administrativas pelo Ministério do Trabalho e até mesmo ações regressivas do INSS contra a empregadora cobrando os gastos da previdência com o acidente de trabalho.

Do mesmo modo que a empresa sofre, há onerosidade excessiva também para toda sociedade, pois somente de 2012 até 2017 foram gastos R\$ 66.534.254.002 com benefícios acidentários, o equivalente a R\$ 1,00 a cada milésimo de segundo. Esses valores poderiam ser utilizados na saúde pública e aposentadorias, no entanto, estão sendo destinados exclusivamente aos benefícios acidentários.

Por isso, é importante identificar os ris-

cos das atividades de cada função desenvolvida na empresa e a possível incidência de insalubridade ou periculosidade. É preciso identificar os riscos das máquinas e equipamentos utilizados conferindo se atendem as especificações técnicas das normas regulamentadoras do trabalho, bem como se os trabalhadores receberam treinamentos e instruções para o uso. Cada função deve possuir por escrito procedimentos e orientações próprios de como formular a atividade, além de promover treinamentos periódicos constantes dos trabalhadores.

É preciso manter também a análise periódica da saúde dos empregados. Além da realização dos exames ocupacionais conforme recomendação do PCMSO, as empresas devem manter controle dos atestados médicos de forma a identificar junto com o médico do trabalho indivíduos com risco de desenvolver ou agravar doença em decorrência da atividade laboral exercida, prevenindo e evitando passivo trabalhista.

Outro cuidando é quanto aos Equipamentos de Proteção individual - EPI. Além de manter ficha de entrega EPI's indicando a data de recebimento do EPI, número do certificado de aprovação válido e a assinatura do empregado, a empresa deve manter registro por escrito de treinamento sobre o uso correto dos EPI's e medidas de segurança na contratação e no mínimo semestralmente ou anualmente. Deve-se conferir se o equipamento utilizado esta adequado ao risco da atividade e as recomendações de substituição dos EPI's estão sendo atendidas de forma periódica.

Por fim, é importante lembrar que as empresas são responsáveis também por garantir as condições de segurança, higiene e salubridade de todos os trabalhadores terceirizados que atuam em suas dependências ou em local previamente conveniado a serviço da sua empresa. Por isso, é importante fiscalizar se as empresas terceirizadas possuem gestão de saúde e segurança efetiva para evitar passivos trabalhistas.

Alessandra Caroline Ferreira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 38.327, seccional de Santa Catarina, especialista em Direito Empresarial, sócia do escritório Robert Advocacia e Consultoria.

de Joinville e administradora do escritório Robert Advocacia e Consultoria.

Yolanda Robert – Advogada especialista em direito do trabalho (OAB/SC 20.852), diretora jurídica da Associação Brasileira de Recurso Humanos - filial

Especialização gratuita em Educação Matemática no IFC

Araquari - O IFC Campus Araquari está com inscrições abertas para o novo curso de Especialização em Educação Matemática, totalmente gratuito, até o dia 10 de junho. Desenvolvido em parceria com o Programa de Especialização Docente – PED, o curso terá início no 2º semestre, dia 09 de agosto de 2019.

As inscrições podem ser feitas, exclusivamente de forma on-line, no seguinte endereço: https://sig.ifc.edu.br/sigaa/public/processo_seletivo/lista.jsf?aba=p-processo&nivel=S

As aulas acontecerão às quintas e sextas-feiras, das 19h às 22h30, e eventualmente aos sábados, no Campus Araquari. O curso tem duração de três semestres.

São 21 vagas destinadas a profissionais graduados que atuem no Ensino Básico na área de Matemática, ou afins. Os candidatos leiam o edital de processo de seleção, que está disponível no link: <http://posmatematica.arauari.ifc.edu.br/editais/>

Sobre a PED-Brasil

O Programa de Especialização Docente (PED Brasil) é um curso de pós-graduação latu senso em ensino de Matemática fruto de uma atividade conjunta de diversas



instituições de ensino superior do país, juntamente com a equipe do Centro Lemann de Stanford sob coordenação de Rachel Lotan, ex-diretora do STEP – Stanford Teacher Education Program e Paula Louzano, Visiting Scholar.

Tem por um de seus objetivos capacitar e apoiar instituições formadoras de professores no Brasil a desenvolverem-se como centros de excelência em formação docente, além de conectar a pesquisa e a prática internacional mais recente sobre o ensino e aprendizagem da Matemática à formação docente e ao currículo das escolas de educação básica.

Curso Técnico em FARMÁCIA

IREI O profissional que dá certo! CURSOS TÉCNICOS



O técnico em farmácia é o profissional da área de saúde com capacidade para realizar operações farmacotécnicas, identificando e classificando produtos e formas farmacêuticas, composições e técnica de preparação.

Venha ser um Técnico de Farmácia que dá certo!

Em Joinville:

(47) 3422-8906

(47) 9.9207-2912

institutoirei

comercial@irei.com.br

institutoirei

Em Jaraguá do Sul:

(47) 3017-9606

(47) 9.9213-4296

institutoirei

jaraguadosul@irei.com.br

ireicursostecnicosjaragua